



## DEPOIMENTO

# ANTÔNIO NEUBER RIBAS

*Em 2003, servidor aposentado da Câmara dos Deputados.*

*Entre outras atividades na Casa, exerceu os cargos de chefe da Seção de Almoxarifados, consultor legislativo, diretor do Departamento de Administração, diretor da Consultoria Legislativa, diretor legislativo.*

### ENTREVISTADORES:

Glória Varela e Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho, com intervenções de Pedro Ivan Pellegrini.

### LOCAL:

Brasília

### DATA:

Data: 1/09/2003

### DURAÇÃO:

Duração: 1 hora, 08 minutos

### TÓPICOS:

Entrada na Câmara dos Deputados; rigidez nos concursos; dificuldade de transporte do material do Palácio Tiradentes para Brasília; diferenças dos prédios da Câmara no Rio de Janeiro e em Brasília; funcionamento inicial da Câmara em Brasília; aquisição ilegal de conectores para finalização de obra no plenário; Oscar Niemeyer e os prédios da Câmara; trabalhos da Constituinte de 1988; período do governo militar; represália a servidores da Câmara por posicionamento político; cassações e perseguições políticas a parlamentares; isenção nos trabalhos da Assessoria; fatos curiosos de regionalismos dentro da Casa; Instituto de Previdência dos Congressistas; colegas de trabalho e sua importância para o engrandecimento da Câmara; Câmara dos Deputados como retrato do Brasil e representante dos anseios do povo.

**A SRA. ENTREVISTADORA** (Glória Varela) – Dr. Ribas, é praxe nossa que cada entrevistado registre seu nome, em que circunstância veio para Brasília, como entrou na Câmara, quando e como começou a carreira.

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Sou mineiro de Diamantina. Fiz o curso primário no Grupo Escolar Mata Machado, em Diamantina, estudei um ano e meio no Seminário Arquidiocesano, também em Diamantina, depois fiz até o segundo científico no Colégio Diamantinense e o terceiro científico no Colégio Anchieta, em Belo Horizonte. Aprovado em vestibular, cursei um ano na Faculdade de Odontologia e Farmácia da UFMG, mas não me senti vocacionado para a profissão, embora filho de farmacêutico. Então, submeti-me ao vestibular da Faculdade de Direito da UFMG, conhecida como “A Casa de Afonso Pena”. Em 1964 fui aprovado em concurso público para cargo da Câmara dos Deputados e, empossado, fui transferido, na forma da lei, para a Universidade de Brasília, (de Federal para Federal). Ali, diplomei-me em dois cursos: Direito, em 1968, e Administração, em 1972.

Cumpri o serviço militar no Tiro-de-Guerra em 1973, em Diamantina-MG. Até comentava aqui, com o Ivanir Geraldo Vianna, a respeito da minha graduação militar. Certa vez fui a um banco, e o gerente, a certa altura, me disse: “o senhor parece um coronel do Exército.” Eu respondi: “Eu sou cidadão civil, paisano. O posto de coronel me agrada mas, se militar fosse, eu me esforçaria para alcançar o generalato.” Sou reservista de 2<sup>a</sup> categoria, com a graduação de soldado e especialização de fileira. Fui atirador entusiasmado e patriota, segundo colocado no aproveitamento geral e primeiro em tiro. Fala-se muito na disciplina militar, mas nada comparado à disciplina do seminário onde estudei por um ano e meio. A disciplina do seminário era rígida ao extremo. Para começar, o seminarista como eu, com onze anos, já vestia batina, vestes clericais. Diamantina é uma cidade muito fria e alta, 1.162 metros acima do nível do mar. Fica na Serra do Espinhaço. Naquela época, no seminário, tomávamos banho frio às 6h da manhã. Era terrível. O banho era coletivo. Havia uma fila de chuveiros. Os seminaristas ficavam enfileirados de calção. O padre abria um enorme registro e jatos d’água caíam em cima dos banhistas. Não se podia dar um “ai”, um “pio”. Agüentava-se o choque da água gelada sem pestanejar nem falar nada. No refeitório, não se falava. Era proibido. Enquanto se comia, um seminarista menor fazia uma leitura da Imitação de Cristo, do venerável Tomás de Kempis. Só se conversava no refeitório em ocasiões especiais. Se o seminarista precisasse repetir uma comida, por exemplo, que era servida por garçons, digamos

assim, usava sinais com a mão. A mão fechada, tocando a mesa – sem ruído – significava água. O sinal de um dedo em riste era o feijão; dois dedos, o arroz etc. Assim se pedia e não se falava. No seminário, no almoço e no jantar, as leituras espirituais ficavam por conta dos seminaristas maiores, filósofos e teólogos. Os temas eram complexos, tais como o Martirologio Romano. Era um regime extremamente severo. Foi uma lição de vida, assim como o Exército, embora a rigidez do quartel não se comparasse à do seminário.

A minha vinda a Brasília deu-se no final de junho de 1964, para tomar posse no cargo de almoxarife PL-8, para o qual fui nomeado após aprovado em concurso público, em que, pelo conhecimento, coragem e denodo, alcancei o primeiro lugar. Eu era funcionário do Ministério da Fazenda na Delegacia do Tesouro de Minas Gerais. Meu chefe, Walter Soler, me dizia: “Ribas faça esse concurso para a Câmara: você tem tudo para ser aprovado. O Poder Legislativo paga muito melhor do que aqui, no Executivo. Outra coisa, tenho informações de que os concursos da Câmara são muito severos, muito sérios.” Como realmente viria a ser demonstrado. Realmente, eu conhecia a Câmara como instituição. Nenhum dos nomeados era servidor da Câmara ou tinha ligações com políticos. Fiz o concurso. O cargo era bem remunerado, de nível médio, mas se situava hierarquicamente numa posição confortável em relação aos demais cargos. O PL-8 era dois níveis acima do cargo de auxiliar legislativo. No futuro, as atribuições do cargo de almoxarife seriam incorporadas ao cargo de técnico de material e patrimônio, de nível superior.

Eu ia disputar o concurso para três vagas. Depois elas foram aumentadas para seis. As matérias do concurso consistiram de português, matemática e estatística, ciências, física e química, merceologia, legislação de material e administração de almoxarifado. Os seis ocupantes, devo registrar, formaram-se em nível superior. Dois se tornaram médicos: Joviniano José dos Santos e Mario Magno de Oliveira formaram-se em Medicina pela UnB. Eu me formei em Direito e Administração. João Ribeiro da Silva Sobrinho formou-se em Administração em outra faculdade. Jaime Limp de Azevedo formou-se em Engenharia Eletrônica. Tarcísio José França formou-se em Biblioteconomia e veio a ser diretor de uma das coordenações da Biblioteca. João Ribeiro viria a ser diretor da coordenação de Aquisições do Departamento de Material e Patrimônio.

Antes de ingressar na Câmara – perguntaram-me quais as atividades que exerci – fui escrivário da Rede Mineira de Viação, uma ferrovia federalizada, hoje privatizada. Fui almoxarife do Ministério da Agricultura e

depois do Ministério da Fazenda. Todos os meus cargos foram conquistados através de concurso público.

Em certa ocasião, quando eu trabalhava na Diretoria do Patrimônio, recebemos a visita do presidente Adauto Cardoso, que nos disse que em certa fase da vida dele havia sido almoxarife. Era ilustre colega nosso.

Concomitantemente com esses cargos, fui professor de Português em colégio comercial e depois no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Senai, de Belo Horizonte. Durante pouco tempo, fui bancário do Banco da Produção e Crédito Agrícola, em Belo Horizonte, pertencente a parente meu. Fui aprovado em concurso público para postalista do antigo DCT. Fui nomeado para Juiz de Fora, mas não tomei posse porque o cargo que eu ocupava tornou-se mais bem remunerado depois de uma classificação no plano de cargos. E fui aprovado, também, em concurso para técnico de tributação do Ministério da Fazenda, considerado um dos concursos mais difíceis que já foram efetuados em Brasília.

**A SRA. ENTREVISTADORA** (Glória Varela) – Então, quando o senhor fez o concurso para a Câmara, o senhor já era um veterano em concurso?

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Eu era atacado de “concursite aguda”. Não podia ver um concurso e lá estava eu. Eu precisava do emprego.

Então, realmente, os concursos me atraíam muito. E foi uma época muito boa. O Dasp tinha uma atuação muito efetiva, selecionava muito o pessoal do serviço público. O serviço público era mais bem organizado, menor também, mas mais bem organizado. E a Câmara, como eu disse anteriormente, tinha fama de concursos moralizados. Prova disso é que temos vários colegas que se submeteram e foram bem classificados por mérito, exclusivamente.

Em cargo de provimento efetivo, eu fui aqui na Câmara dos Deputados seguidamente, almoxarife, técnico legislativo, técnico de administração, administrador e analista legislativo. O cargo de almoxarife foi enquadrado como técnico legislativo no Plano de Classificação de Cargos.

A Câmara, posteriormente, criou cargos de técnicos de administração e abriu concurso público para preenchimento das vagas e opção para ingresso, na nova carreira de seus funcionários com formação superior, específica e classificação através de exame de currículos, em 1971. Eu encabecei a lista dos habilitados.

Posteriormente, a lei federal mudou a denominação da profissão para administrador, reservando a denominação de técnico de administração para os profissionais de nível médio. Mas, recentemente, a Câmara classificou como analista legislativo quase todos os cargos de nível superior do seu quadro de pessoal.

Quanto aos cargos em comissão, fui chefe de seção, consultor legislativo, diretor do Departamento de Administração, diretor da Consultoria Legislativa e diretor legislativo, cargo no qual me aposentei. No ramo ou braço administrativo da Casa, onde trabalhei por mais de oito anos, atuei principalmente na especialidade de administração de material e patrimonial. Na qualidade de chefe, a partir do cumprimento do estágio probatório e, como diretor, exercei as atribuições comuns aos cargos de coordenação e supervisão de serviços. Fui por mais de uma década membro da Comissão Permanente de Licitações, importante colegiado que, nas tomadas de preços e concorrências, julga as propostas dos licitantes e adjudica o fornecimento de material, a prestação de serviço e execução de obras àqueles concorrentes que melhores vantagens oferecem à Câmara dos Deputados. Tive muito orgulho de participar desse colegiado, porque fazia jus ao respeito dos licitantes e recebia deles elogiosas referências. Tive atuação em eventos importantes, como a entrega do Palácio Tiradentes à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro e a ambientação do 9º andar do Palácio Pedro Ernesto, para onde foi transferido o setor Rio da Câmara.

Nos primeiros anos de Brasília, o comércio local era ainda incipiente, e muitos itens de material eram adquiridos no Rio de Janeiro pelo Setor Rio da Diretoria do Patrimônio e trazidos para Brasília em caminhões do DNER. Tais veículos vinham vazios do Rio para apanhar Diários Oficiais. Quando soubemos disso, a Câmara fez um acordo com o DNER que passou a transportar as compras da Câmara sem ônus.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Carlos Henrique de Oliveira Porto) – Dr. Ribas, o senhor foi membro da Comissão de Licitação em que época? Nessa época?

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Olha, desde 1976. Desde a criação da Comissão, foram quase duas décadas. Fui seguidamente reconduzido à Comissão.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Nós soubemos, por alguns depoimentos, pela condição de Brasília – não sei se nessa época ainda era assim – mas no começo –, havia dificuldades de aquisição de materiais, uma série de coisas. O Dr. Luciano muitas vezes pedia que se fizesse determinadas compras. Na área de arquitetura, por exemplo, para compor um evento, uma posse, que tinha que ser feito rapidamente, muitas vezes era feita a compra direta, sem licitação. E como isso “batia” para a Comissão? Nessa época ainda acontecia isso?

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Não havia conflito de competência. O diretor-geral, embora ordenador de despesa, não invadia a área de competência da Comissão Permanente de Licitação. O Dr. Luciano determinava a aquisição

em algumas ocasiões. Eram as compras urgentes e de reduzido valor que eram feitas com dispensa de licitação, obedecida a lei vigente, efetuadas pela Diretoria do Patrimônio e pagas com uma verba própria, classificadas como despesas miúdas e de pronto pagamento. Por exemplo, comprar ração para os palmípedes do lago, como diria um ex-colega nosso, comprar flores para ornamentar o plenário numa solenidade. Não sei se seria oportuno contar uma coisa curiosa a respeito.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – É.

**A SRA. ENTREVISTADORA** (Glória Varela) – É oportuno.

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Houve uma época em que havia uma vaga de oficial legislativo – se não me engano PL-2 ou PL-3 –, disputadíssima, cada candidato mais forte do que o outro, cada qual trabalhando a seu modo para ser nomeado para essa vaga. Então, um colega nosso que sempre contou isso com muita verve, com muita graça – disputava essa vaga. Era o Dr. Sonilton Campos. Ele era chefe de Serviços Gerais, que cuidava desses assuntos de administração geral, como é o caso de ornamentação de plenário, essas coisas todas. Então, o Dr. Sonilton, depois de uma solenidade dessas, pegou as flores remanescentes de uma sessão e fez um belo buquê e mandou com um cartão cumprimentando a mulher do presidente Pereira Lopes, sem outros detalhes. Acontece que na Mesa se discutia quem seria o candidato escolhido para o preenchimento da vaga. E cada deputado, cada membro da Mesa pôs na mesa o seu candidato. E estava havendo, não digo uma discussão, mas uma certa hesitação, quando o presidente Pereira Lopes disse: “Há aqui um candidato, Sonilton Campos, por quem tenho uma simpatia.” O presidente disse que tinha simpatia por ele, então ele foi promovido, graças às flores oriundas do plenário. A esposa dele, por sinal, é uma pessoa muito distinta, como era também o presidente Pereira Lopes; tinha uma autoridade muito grande na Casa, respeitadíssimo pelos deputados.

Pois bem. Eu tive atuação na entrega do Palácio Tiradentes à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Aliás, eu fiquei nostálgico, porque era uma beleza, como é hoje, eu tinha muitas recordações; embora eu não tivesse trabalhado lá, eu conhecia bem o Palácio e tinha certa predileção por ele. Mas para entregar o Palácio, nós precisávamos acomodar o setor Rio – me parece que foi extinto há pouco tempo, não sei.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Foi extinto.

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Então, a Assembléia destinou o Palácio Pedro Ernesto, que era da Câmara dos Vereadores, destinou o 9º andar

para acomodar os órgãos auxiliares da Câmara que estavam no Rio. E eu fui encarregado, nessa época, de conduzir a licitação. Estivemos lá com nossos arquitetos e fizemos a licitação para a ambientação. O andar foi ambientado para receber nossos órgãos. Lá ficou instalado o setor Rio.

Teria a dizer também, no que diz respeito à minha atuação na administração de pessoal – como afirmei anteriormente, minha atuação maior foi na administração de material, orçamento e patrimonial. Fiz parte como membro e presidente de bancas examinadoras de concursos públicos cujas matérias incluíam também administração financeira e orçamentária, contabilidade e outras. Em relação a colegiados, participei, além da comissão de licitação, dos seguintes: fui membro da comissão designada para aquisição de veículos para o serviço da Câmara dos Deputados em 1966; fui, também, membro da comissão de alienação de veículos considerados inservíveis e inadequados para o serviço da Casa, em 1971; fui membro também da comissão de avaliação baixa e alienação de bens móveis, em 1971; fui membro do grupo de trabalho designado pela Mesa para fixar a lotação numérica e funcional dos órgãos da Casa para efeito da reforma administrativa, em 1971 também; fui coordenador da comissão designada a promover a reforma total do plenário e instalação do salão de recepções.

Os principais objetivos da reforma do plenário foram os seguintes: aumento do número de cadeiras e bancadas; substituição do sistema de som, do sistema de votação eletrônica, dos tapetes, do piso e paredes. Resultado, o plenário ficou na terra. E o nosso diretor-geral, hoje ministro Luciano Brandão, me disse – eu era o coordenador do grupo – “Ribas, em Brasília não há outro lugar onde o Congresso possa se reunir. Se essa reforma não terminar a tempo, vou culpar você e sua equipe”. Isso me fez tremer nas bases. Mas trabalhamos muito e ao final deu certo.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Essa reforma foi em 1977?

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Em 1971. Essa foi a maior reforma; depois houve outra de menor monta.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Porque em 1977 foi a mesma coisa: tirou-se tudo, ficou no chão e refez-se tudo.

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Talvez minha cronologia não esteja correta, talvez seja a de 1977.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Na de 1977 foi o Eraldo que chefiou a parte dos ...

**O SR ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Foi Viajamos muito ao Rio para falar com o escritório Oscar Niemeyer, com o Dr. Oscar.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Exato. Foi nessa época.

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Foi até interessante porque, em relação aos tapetes, consultamos a fabricante Tabacow, que não comercializava a cor areia, definida, escolhida, por Oscar Niemeyer. Conversamos com o próprio dono da fábrica, Jacob Tabacow, que disse que destinaria um tear para tecer os tapetes da Câmara. A Câmara fez a encomenda e vieram toneladas de tapetes, numa carreta. Inclusive o diretor-geral, hoje ministro Luciano Brandão, entrou em entendimento com o DNER para que desse livre trânsito à carreta, uma vez que não poderia, de forma nenhuma, atrasar a reforma do plenário.

O serviço de votação eletrônica foi substituído por meio de negociação com a Telefunken, e, para o sistema de som, lembro-me que faltava um conector, fabricado pela Canon. Tomamos conhecimento de que esses conectores eram fabricados por uma indústria nos arredores de Boston. E tivemos de consultar como adquiri-los. Junto à nossa equipe havia dois funcionários da Presidência da República, da área de informática. Um deles, que falava inglês fluentemente, conversou com o presidente da Canon, que lhe disse que colocaria os conectores onde determinássemos, mas que não poderia enviá-los porque não havia guia de importação. Pediu-nos que encontrássemos uma maneira de fazê-lo, que nem precisaríamos pagar pelos conectores, apenas pelos serviços prestados, que eles resolveriam o problema. Então, a Câmara decidiu pela aquisição. “Agora vamos arranjar alguém que esteja nos Estados Unidos e que possa trazer esses conectores.” Pensou-se logo em algum deputado, e alguém lembrou do nosso colega Padilha, que estava em Washington. O irmão dele era diplomata e estava doente à época e acabou por falecer. Colocaram os conectores na nossa embaixada em Washington. Acionamos o Padilha. Eu falei com ele por telefone. Ele perguntou se eu estava em Washington porque a ligação era muito boa. Disse que não, que falava de Brasília. Disse o que estava ocorrendo e que precisávamos que ele fizesse um contrabandozinho para nós. “Traga esses conectores, senão o plenário não ficará pronto.” Ele disse: “É só me dar cobertura que eu levo.” Acionamos os nossos agentes no aeroporto, no Rio de Janeiro, e o Padilha trouxe-nos essa preciosidade, os conectores.

Nessa ocasião, o Dr. Luciano Brandão já tinha ido para o Tribunal de Contas, e o diretor-geral era o Dr. José Ferreira de Aquino, que estava em desespero. Era novo na diretoria – um fracasso qualquer pesaria fortemente contra ele. Estava em seu gabinete quando ele disse: “Ribas, aquela história dos conectores não

vai dar certo, negócio de contrabando..." Contrabando, vamos dizer, legítimo, pode não ser legal, mas as circunstâncias exigiam, e a Câmara também não pagaria nada por importação ou coisa que o valha. Eu perguntei por que não daria certo. Ele disse que os conectores não chegariam. Eu respondi que eles já tinham chegado. Mostrei-os num canto do gabinete. Ele respirou aliviado. Com isso foi completada a reforma do plenário.

Fui membro da banca examinadora para elaboração de questões da prova de capacitação profissional para o concurso público de técnico em administração, em 1977. Fui palestrante em todos os estágios de universitários promovidos pela Câmara, abordando o tema "Inter-Relacionamento entre os Poderes da União". Fui membro da comissão incumbida de receber da firma Soares Leone o Anexo IV, acabado de ser construído. Até brinquei: "não sei se vou agüentar esse peso todo". O Anexo IV, daquele tamanho, era muito peso para eu receber. Eu e mais dois colegas.

Fui também membro da banca examinadora do concurso público para agente administrativo, em 1978. Fui membro da comissão julgadora da concorrência pública nº 178, para construção do edifício Anexo IV da Câmara. Fui membro da banca examinadora na elaboração de questões para o concurso público de assistente administrativo, em 1980. Fui presidente da comissão consultiva para atuar com a Universidade de Brasília no concurso público para assessor legislativo. Fui membro da banca examinadora do concurso público para técnico de material e patrimônio, em 1986.

**A SRA. ENTREVISTADORA** (Glória Varela) – Dr. Ribas, só um intervalo. Nos concursos públicos em que o senhor participou da banca e da elaboração de questões, houve algum caso específico em que as pessoas tenham questionado o processo seletivo? Aconteceu algo de destaque?

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Houve uma reclamação judicial em relação a duas questões da prova de técnico de material e patrimônio, mas isso veio a ser superado, e não houve repercussão maior. Felizmente os concursos da Câmara sempre foram muito sérios e conceituados, ainda mais com a atuação da UnB, que sempre atuou, principalmente no concurso para assessor legislativo. Não sei o atual, o mais recente, mas os anteriores foram conduzidos pela Universidade de Brasília, com a participação da comissão da Câmara.

**A SRA. ENTREVISTADORA** (Glória Varela) – Ninguém nunca passou mal na hora da prova e foi necessário chamar o serviço médico? Ninguém teve um ataque de raiva? Nenhum contratempo?

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Não me recordo de nenhum fato. Há uma coisa extra-Câmara que vou contar por curiosidade. Como disse

anteriormente, fui aprovado no concurso de técnico de tributação. A prova de conhecimentos, de nível intelectual, durava dez minutos. Estávamos labutando e de repente tocava uma sineta e não se podia colocar nem a ponta do lápis ou da caneta no papel. Então, um candidato levantou-se, exibiu a prova e disse: “Essa aqui nem Jesus Cristo”. (risos) Achou que nem Jesus Cristo seria capaz de fazer.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Pedro Ivan Pellegrini) – Dr. Ribas, desses concursos em que o senhor trabalhou como membro da banca examinadora, entre os aprovados, algum funcionário se destacou?

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Ah, sim. Foram muitos. Se eu tivesse me preparado, teria resposta para isso. Houve funcionários que se destacaram e tiveram atuação privilegiada e marcante no serviço da Casa. Não podia ser de outra maneira, porque a seleção era severa; os candidatos muito bons.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Na licitação para construção do Anexo IV e no recebimento da obra, houve algum fato interessante?

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Há um fato curioso: uma vez fomos fazer uma visita com o presidente Flávio Marcílio e o arquiteto Oscar Niemeyer às obras do Anexo IV. De lá, do Anexo IV, o Dr. Oscar olhou para o Anexo II e disse: “Mas que prédio feio!” O nosso arquiteto, Eraldo, disse: “Projeto seu, Dr. Oscar”. E ele respondeu: “Eu devia estar bêbado”. Realmente não é dele o projeto. O projeto é da Novacap.

**O SR. PEDRO IVAN PELLEGRINI** – Dr. Ribas, o Anexo IV saiu na gestão do Flávio Marcílio? Foi vontade dele ou foi anterior?

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Não sei. De qualquer maneira, a necessidade existia. Agora, eu não sei se partiu do presidente Flávio Marcílio a iniciativa.

**O SR. PEDRO IVAN PELLEGRINI** – Ele concluiu a obra.

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Concluiu, tanto que o Anexo IV recebeu o seu nome.

**O SR. PEDRO IVAN PELLEGRINI** – O diretor-geral, na conclusão, já era o Sabino, então.

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Já.

**O SR. PEDRO IVAN PELLEGRINI** – Ele iniciou com o Luciano Brandão.

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Exatamente.

Eu fui membro da comissão julgadora da concorrência pública para a construção do edifício do Anexo IV.

Participação em eventos: participei, sob os auspícios da Câmara, do Seminário Nacional sobre Licitações, promovido pela Universidade Católica de Minas Gerais, com a participação da equipe do Prof. Hely Lopes Meirelles, em 1978; fui participante do 3º encontro da Andal, na Assembléia Legislativa de São Paulo; fui assessor interparlamentar na visita oficial do Parlamento Latino-Americano a Portugal e Cabo Verde, na África; fui chefe da delegação de assessores legislativos que, a convite do governo americano, participou do seminário *American Political Process*, no período de 13 de fevereiro a 3 de março de 1988.

Há uma pergunta – se obedecíamos determinada norma nas nossas atividades. As atividades, tanto administrativas quanto legislativas da Câmara, obedeciam a Resolução nº 67, de 1963, e as que se seguiram a ela. Deviam ser observadas também as normas contidas no Decreto-Lei nº 200, de 1967, a reforma administrativa federal e as normas de administração financeira e orçamentária, que se aplicam aos três poderes da União, além do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Em relação a alguma atividade que tivesse repercussão fora da Casa, fui redator da minuta de norma para regular as atividades das entidades de classe de nível superior dentro da Câmara dos Deputados. Foi o embrião da regulamentação do lobby no Congresso Nacional, norma maior que até hoje não passou de projeto, embora defendida pelo senador Marco Maciel. Escrevi sobre o assunto na revista Humanidades, da UnB.

Eu e colegas na Comissão de Licitações elaboramos minutas de normas para regular o processo licitatório na Câmara dos Deputados. Sempre achei que a Câmara deveria ter normas próprias, sem fugir das de ordem geral. A idéia era colocar as particularidades em norma própria da Câmara dos Deputados. Submetemos a minuta ao diretor-geral. A proposta estava na Diretoria-Geral para ser levada à Mesa, quando um servidor do Senado, abusando da confiança do diretor, assenhorou-se do trabalho e o levou àquela Casa do Congresso. O Senado, então, oficializou as normas e ganhou a paternidade da iniciativa.

Com relação a uma atividade em que eu tenha participado, um acontecimento ou fato que considero relevante durante a minha atuação como servidor: participei com a Assessoria Legislativa, quando diretor do órgão, dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, instalada em 1º de fevereiro de 1987. Foi uma maratona e o órgão teve atuação destacada desde a elaboração do Regimento Interno até a redação final do texto constitucional, promulgada em 5 de outubro de 1988. O assessoramento foi prestado às 8 comissões temáticas e 24 subcomissões e diretamente ao relator, deputado Bernardo Cabral.

A Assessoria do Senado aliou-se à da Câmara para enfrentar a tarefa. Essa união durou todo o primeiro turno. No segundo turno, houve a defecção do órgão do Senado e a Assessoria da Câmara teve que trabalhar sozinha. Para se ter idéia da extensão, basta dizer que foram apresentadas 9.456 sugestões de normas constitucionais, parte significativa delas recusada, por inaceitáveis. Houve uma enxurrada de emendas, e consistia o assessoramento na elaboração dos pareceres a cada uma delas. Todo o corpo de sessenta assessores da Câmara foi acionado. Até o diretor acumulou as atribuições da supervisão com as de execução. Trabalhou-se até nas madrugadas no Prodasen, na gráfica do Senado, no edifício sede do Banco do Brasil, no Instituto Israel Pinheiro, ou seja, para onde se deslocava o relator-geral.

Na revisão dos textos aprovados atuaram os assessores Anderson Braga Horta e Neusa Labarrère, que, além dos conhecimentos linguísticos, tinham afinidade com a técnica legislativa. Só depois disso é que atuava o Prof. Celso Cunha, contratado por sua notoriedade para fazer a revisão definitiva.

Há uma pergunta – se exercei alguma atividade diretamente ligada ao processo legislativo. Sim. Na condição de assessor legislativo, atuei na redação de proposições legislativas, projetos de lei, resoluções, propostas de emendas constitucionais, pareceres, emendas e estudos nas áreas de Direito e Administração, para as quais possuo habilitação em curso superior.

Quanto a fatos históricos que tenham acontecido e que tenham tido repercussão no Congresso Nacional, lembro-me de fatos históricos e tristes. Estimo que tais fatos tiveram início com a renúncia de Jânio da Silva Quadros à Presidência da República em 1961.

Para dar posse ao vice-presidente, João Goulart, os militares impuseram a redução dos poderes dos chefes do Executivo e a adoção do parlamentarismo. O plebiscito realizado em 1963 restabeleceu o regime presidencialista. Jango propôs mudanças radicais através de seu Plano Trienal, que sofreu resistência do Congresso Nacional.

Os defensores das reformas de base propostas buscaram apoio na mobilização popular. A esquerda e a direita radicalizaram com expressão no Comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, promovido pela esquerda e pela Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada pela direita. Houve, então, conspirações contra o governo, culminando no golpe militar de 31 de março de 1964, que instalou o regime militar.

O país viveu duas décadas sob o regime autoritário, com restrições dos direitos dos cidadãos, censura e repressão aos adversários políticos.

O militar presidente Castelo Branco foi eleito indiretamente pelo Congresso Nacional, em 15 de abril de 1964. Com sua morte, foi eleito presidente o general Arthur da Costa e Silva, também indiretamente pelo Congresso. Com a sua morte, assumiu uma junta militar, negando ao vice-presidente Pedro Aleixo o direito de assumir o cargo. Após, sucederam-se na Presidência da República os generais Emílio Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo.

Voltando no tempo: em 1968, o deputado Márcio Moreira Alves, da tribuna da Câmara dos Deputados, concitou o povo a boicotar o desfile de 7 de Setembro. Revoltados, os militares solicitaram ao Congresso licença para processar o deputado. O pedido foi negado em 12 de dezembro de 1968. Em represália, o governo Costa e Silva editou o Ato Institucional nº 5, no dia 13 de dezembro de 1968. O AI-5 fechou o Congresso Nacional e deu ao presidente militar poderes para cassar mandatos, suspender direitos políticos, extinguir a garantia do habeas- corpus, além de endurecer a repressão policial e militar.

Na época, eu e colegas sofremos duplamente com as medidas de exceção, ou seja, como alunos da UnB, do curso de Direito, e como funcionários da Câmara.: Além deste entrevistado, foram eles: Emílio de Sousa Pereira, Joazil Maria Gardés, José Estevam de Medeiros Tavares e Mauro Mota Burlamarqui.

A UnB era considerada foco de subversão pelo regime militar e sobre ela era exercida forte e constante repressão. Nós coláramos grau no dia 11 de dezembro de 1964 [1968], antevéspera da edição do AI-5. Nossa convite de formatura foi considerado provocativo pelas autoridades militares porque: um, tínhamos como patrono Dom Hélder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, denominado “Bispo Vermelho” pelo regime, o que ele não era, pelo contrário, era um santo protetor dos pobres; dois, nosso paraninfo era o professor Anísio Teixeira, ex-reitor da UnB, afastado por motivos políticos e ideológicos. Nossos homenageados especiais eram o Prof. Darcy Ribeiro, fundador da UnB, os professores que sacrificaram suas cátedras em prol da liberdade e dignidade do ensino na UnB, e o povo brasileiro, inspirador da luta contra a opressão e a injustiça. Não deu outra: no dia da colação de grau, à noite, o Teatro Nacional foi cercado por tropas e o evento proibido.

Lembro-me de que a minha filha mais velha era pequena. Deixei o carro com um amigo para levar a família ao teatro, onde seria realizada a cerimônia. E a minha filha pediu: “Papai, me leva com o senhor.” E eu falei que seria monótono, e ela disse: “Não, eu fico quietinha.” Eu disse que estava tudo bem e saí com ela e com a beca no braço. Todo entusiasmado, peguei um táxi. Quando cheguei às imediações da rodoviária, naquela rampa que desce para o teatro, estava um movimento estranho, esquisito. Desci do táxi e deparei-me com um

soldado grandalhão, armado com metralhadora. Perguntei: “Não vai haver uma formatura aqui? “Não, não tem formatura nenhuma, não.” Então vamos voltar para casa. Voltei para casa e comecei a fazer gestões junto aos colegas.

As tropas cercaram o teatro e o evento foi proibido. Nós tínhamos dois colegas filhos de parlamentares da Arena, partido que apoiava o governo, além do pai de um colega, professor da UnB. Houve gestões e compromissos nos bastidores, o cerco foi levantado e a cerimônia realizada. O reitor Caio Benjamin Dias não compareceu. Os certificados foram entregues por um portador. Nosso professor de Direito Penal, então juiz e mais tarde ministro do Superior Tribunal de Justiça, Luiz Vicente Cernicchiaro, enfrentou o clima adverso e presidiu a cerimônia. Nosso orador e colega da Câmara, Mauro Burlamaqui, viu-se proibido de comparecer, e sua fala foi lida por outro colega. Mauro Burlamaqui, companheiro de Honestino Guimarães, do órgão dirigente de estudantes – Honestino era desaparecido por obra da Revolução –, viria a perder os direitos políticos e o emprego de Taquígrafo da Câmara. Em 1979, foi beneficiado pela Lei da Anistia e voltou à Câmara, mas tinha perdido as habilidades próprias da profissão por falta de exercício.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Pedro Ivan Pellegrini) – Dr. Ribas, é a primeira vez que ouço dizer que houve um funcionário da Câmara cassado.

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – É. Ele teve os direitos políticos suspensos.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Pedro Ivan Pellegrini) – Houve mais algum outro funcionário?

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Que eu lembre, não. Só me lembro do Mauro. Quando ele retornou, depois da anistia, e eu já era diretor legislativo. Queixou-se de que precisava de outra atividade que não a de taquigrafia, porque ele não tinha mais habilidade. Perdeu por falta de exercício.

**A SRA. ENTREVISTADORA** (Glória Varela) – Então, ele ficou afastado de 1964 até...? [deve ser 1968]

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – A Lei é de 1979.

**A SRA. ENTREVISTADORA** (Glória Varela) – A Lei é de 1979?

**O Sr. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – É de 1979. Em 1979 ele foi beneficiado pela Lei da Anistia.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Pedro Ivan Pellegrini) – Dr. Ribas, naquele período, como os funcionários agiam aqui ? Como se trabalhava aqui na Câmara? O senhor era da área legislativa, que prestava apoio direto aos deputados. Como vocês faziam para trabalhar?

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** - Com um certo constrangimento.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Pedro Ivan Pellegrini) – Vocês tinham que tratar igualmente os deputados de oposição e de situação. Como vocês se viravam nisso?

**O SR. ANTÔNIO NUBER RIBAS** – A oposição na época era o MDB, que depois veio a se transformar no PMDB. Mas a Arena tinha maioria. A Revolução estava muito à vontade porque a Arena, que não me queiram mal os arenistas, segundo se dizia na época –, era o partido do “Sim” ou do “Sim, senhor”. Então, o governo aprovava o que queria no Congresso Nacional.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Pedro Ivan Pellegrini) – Só insistindo mais um pouquinho. O senhor e o pessoal da consultoria tinham uma ligação grande também com os deputados. Quando havia um trabalho diferente, contra o Regime, como vocês agiam: havia conversa entre vocês, saíam contando para alguém? Como vocês faziam isso?

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Na Assessoria Legislativa nós tínhamos por norma o seguinte: o quanto mais possível o assessor deveria manter uma atitude de isenção. Mas houve um líder que disse: “Olha, eu sei que não adianta o senhor vir me dizer o contrário, mas as teses da Oposição tocam muito mais favoravelmente a vocês do que qualquer proposta da Situação. Porque realmente os temas são mais simpáticos, e vocês são intelectuais”. Disse eu: “Não, a gente trabalha com isenção e tudo”. “Não, você pode fazer, mas não com o mesmo entusiasmo, com a mesma...” não digo boa vontade, porque o trabalho teria de ser feito de qualquer maneira. Mas realmente procurava-se trabalhar com isenção.

Nós tivemos um ou outro caso de assessor que pedia que fosse substituído quando designado para um tema que realmente não tocava fundo o seu coração, as suas idéias, a sua ideologia. E a gente o quanto possível fazia uma acomodação.

**A SRA. ENTREVISTADORA** (Glória Varela) – Isso aconteceu com o senhor? O senhor chegou a pedir para não fazer determinados trabalhos?

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Não, não. Nunca recusamos trabalho. Eu falo entre a direção e os assessores. Às vezes a gente fazia uma redistribuição e o assessor dizia: “Não, não tem cor política, eu faço aí”. Isso para nós era uma tranquilidade.

Continuando, no governo Médici a UnB seria alvo de invasão, e eu, como professor do Departamento de Administração, viria a sofrer os efeitos, mais uma vez, das traumáticas investidas da força bruta. Para consolar nossas desditas, nós, que havíamos sido vítimas de escaramuças na Universidade de Brasília,

ao comemorar 25 anos de formatura, fomos recebidos de braços abertos e alegremente pelo então reitor Cristovam Buarque na visita da saudade que fizemos à nossa UnB.

No Congresso Nacional foi o que se viu: parlamentares cassados, perseguidos, presos, exilados em embaixadas ou no exterior. Servidores foram também inferiorizados e sofreram decesso salarial considerável.

Por fim, a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral de 1985 fez findar o regime militar. A plenitude da ordem democrática viria a ser alcançada pela Constituição Federal de 1988.

Há uma pergunta sobre acontecimentos curiosos e pitorescos. Vou lembrar-me de alguns casos pitorescos dos quais fomos testemunhas. Na área administrativa: um deputado jovem foi pessoalmente buscar material de expediente na então Diretoria de Patrimônio. Cumprimentou o funcionário do andar, que disse a ele: “O balcão de atendimento fica ali”, e apontou para o balcão de atendimento. Esse funcionário disse para o colega: “Atende esse garoto aí”, e bateu nas costas do garoto, do jovem. O jovem se endereçou para lá. Daqui a pouco veio de lá o colega e disse: “Olha, o homem é deputado, rapaz”. “O quê? Estou perdido. Vou lá me desculpar”. Correu para pedir desculpas. O deputado disse: “Não, esqueça isso. Sou jovem mesmo, dá para confundir”.

Uma vez um deputado me disse o seguinte: “Olha, o senhor fala aí com o seu funcionário sobre as quadras dos deputados. Eu pedi a ele um besouro emprestado, e ele não me atendeu. Isso é falta de consideração”. Eu disse: “O deputado pode ficar sossegado que eu vou apurar o que está havendo”. Liguei para o encarregado da quadra e perguntei: “Que negócio de besouro é esse?”. E sabem o que era besouro? Era uma máquina de furar. O deputado queria pendurar uns vasos e pediu uma furadeira emprestada, que ele chamava de besouro. (risos)

**A SRA. ENTREVISTADORA** (Glória Varela) – Dr. Ribas, quem era esse deputado jovem?

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Não me recordo, faz muito tempo.

Houve um deputado que nos procurou pessoalmente para reclamar da cor do grupo estofado que tinha sido distribuído para o apartamento dele, na 311 Sul. Então, ele disse que a cor vermelha não combinava com a entidade dele da umbanda e queria que fosse verde. (risos) Eu disse a ele: “Deputado, eu não tenho autoridade para isso. Os nossos arquitetos fazem uma planilha com quatro cores de estofado. Eles colocam o estofado de maneira que os apartamentos vizinhos não tenham aquela mesma cor de móvel. Então eu não tenho autoridade para fazer essa troca. Talvez V.Exa. consiga isso com o

quarto-secretário". E ele foi ao quarto secretário, que autorizou a permuta do vermelho com um grupo estofado na cor verde.

Há outro caso também interessante. Nós tínhamos uma colega, diretora, que era tida e havida como de bom gosto. Era uma pessoa refinada. Um dia um deputado a procurou e pediu-lhe que o ajudasse na escolha de um terno. Ela ficou num constrangimento muito grande. "Deputado, V.Exa. é casado? Quem sabe sua esposa saberia aconselhá-lo com mais acerto? Ou, talvez, um amigo íntimo ou parente que saiba mais sobre suas preferências" Ele disse: "Não, faço questão de sua ajuda por ser pessoa de bom gosto e que conhece o mercado de Brasília." A conversa se alongou e ela veio a descobrir que o parlamentar, recém-chegado a Brasília, desejava comprar não um terno de vestuário, mas um grupo estofado composto de sofá e duas poltronas. Ela respirou aliviada e indicou a ele os melhores fornecedores do ramo.

Outro deputado procurou o 4º secretário, deputado Léo Simões, e pediu que ele mandasse pintar na cor vermelha os rodapés do apartamento que ele ocupava. Ouvindo isso, o chefe de gabinete, Adelmar Sabino, futuro diretor-geral, não se conteve e exclamou: "Léo, você está perdido!"

**A SRA. ENTREVISTADORA** (Glória Varela) – E foi pintado?

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Não sei. (risos)

Houve também um deputado que pintou uma parede de preto, ao lado do telefone, para que nela fossem anotados a giz os recados recebidos. (risos)

Há também coisas pitorescas na área legislativa, no braço funcional legislativo da Casa.

Certa vez um deputado me telefonou: "Olha, eu estou precisando aqui de uma assessora; eu quero que ela venha aqui, a meu gabinete". Eu disse: "Deputado, nós temos a determinação de o assessor não atender nos gabinetes porque demanda tempo o deslocamento, e isso é uma perda de tempo muito grande. Então, nós pedimos aos deputados que nos façam o obséquio de, o quanto possível, nos procurar aqui na assessoria. Mas como o senhor está aqui perto de nós – o gabinete dele era no Anexo III –, o senhor será atendido". Ele disse: "Então, me manda aquela assessora, aquela goiana bonita". (risos) Eu falei: "Deputado, qual é o tema do seu pedido? É um discurso, um projeto...?". Ele disse: "Não, mande aquela goiana bonita". Então, destaquei um assessor da área de Direito, que foi ao encontro do deputado. Voltou de lá dizendo que ele não tinha pedido nada, mas que tinha tentado uma sessão de hipnose com ele.

Houve um deputado – este caso é até citado no livro de um ex-funcionário meu, o Raimundo Floriano, intitulado *Do Jumento ao Parlamento* – que nos procurou para pedir um projeto que tornasse legal a briga de galos, porque

ele era galista. Além de capitão da PM, de deputado federal, ele era galista. Eu destaquei um assessor da área de Direito, que na justificativa do projeto chamou a briga de galo de alectoromaquia. O deputado ficou encantado com a palavra e disse: “Esse projeto vai passar. Com uma palavra bonita dessa não tem como ser recusado”. Então, o pedido transformou-se em projeto, mas não sei qual foi o destino que teve.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Alectoromaquia?

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Alectoromaquia. Tauromaquia é a tourada. Alectoro refere-se a galo: alectoromaquia.

Houve outro caso interessante. A Assessoria Legislativa tinha a incumbência de redigir os discursos que o presidente fazia em sessões solenes para homenagear personalidades por qualquer motivo, inclusive falecimento. Então, ao chegar à Assessoria, um dia, o Dr. Sebastião Corrêia Côrtes, competente e ilustrado coordenador da área de redação parlamentar, disse-me: “Chefe, o senhor sabe que nós não deixamos a peteca cair, né? Já distribuí o discurso sobre o necrológio do Magalhães Pinto”. Eu disse. “O quê?” “Já está sendo feito.” “Espera aí, então suspenda”. Ele disse: “Mas eu escutei. O Magalhães Pinto morreu, escutei pelo rádio”. Eu disse: “Não, suspenda. Não faça agouro ao deputado, porque quem morreu foi Carvalho Pinto, ex-senador e governador de São Paulo. O Magalhães Pinto está vivo”.

Outro fato curioso: nós fomos procurados por um deputado evangélico que, na época da Constituinte – nós estávamos na redação do Regimento Interno –, queria que fizéssemos algo para que a Bíblia estivesse todo o tempo sobre a mesa durante a Constituinte. Perguntou qual era minha opinião. Eu disse: “Olha, deputado, o problema é o seguinte: o senhor, como evangélico, tem sua razão para querer que seja colocada lá a Bíblia, mas acontece que tem que haver isenção, neutralidade, como convém aos parlamentares. Então, outros livros sagrados ou doutrinários para outras religiões teriam que estar lá também: o Alcorão, o Livro dos Espíritos, a Torá. Teríamos de ter todos esses livros lá”. Ele insistiu: “Não, mas eu quero a Bíblia. Eu quero”. Eu disse: “Vamos ouvir a opinião do Dr. Anderson”. Fomos, eu e o deputado, falar com o Dr. Anderson, que muito amável disse: “Fácil, vamos fazer, vamos ver qual o resultado”. E foi feito o projeto e transformado em norma. A Bíblia esteve todo o tempo da Constituinte sobre a mesa, atendendo ao desejo do deputado evangélico.

Não tenho lembrança de outros fatos que merecessem menção.

**A SRA. ENTREVISTADORA** (Glória Varela) – Eu queria perguntar ao

senhor sobre a reforma administrativa de 1971. Ela mexeu muito com a vida do funcionário? Como o funcionário reagiu a essas mudanças?

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Veja bem, uma característica da Câmara é que ela é muito benfazeja em relação aos seus funcionários. Normalmente, quando há reforma desse tipo, nunca é para prejudicar ninguém. Pode até provocar uma ou outra ciumeira, mas no final das contas ninguém é prejudicado. Então, ela foi bem aceita, como foi a última reforma, que transformou quase todos os cargos em Analista Legislativo.

Há alguns fatos curiosos e engraçados em relação a isso. Na época da classificação de cargos, havia uma comissão especial para tratar do assunto, uma comissão de alto nível, e corria a notícia nos corredores de que os cargos de nível técnico é que seriam bem aquinhoados com a reforma. Então, eles inventaram, de gozação, que o motorista passaria a se chamar “técnico de condução horizontal”; o ascensorista seria “técnico de transporte vertical”; o barbeiro seria “técnico de depilação facial”. (risos) Então, houve a reforma, mas acho que ninguém ficou prejudicado. Pelo contrário, a Câmara sempre fez muito bem a política do pessoal e sempre reconheceu os esforços do seu corpo de funcionários.

**A SRA. ENTREVISTADORA** (Glória Varela) – O senhor mencionou o episódio do funcionário Mauro Burlamarqui. O senhor se recorda de outros funcionários que tenham sido afetados pelas medidas discricionárias do regime militar?

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Alguns colegas nossos foram presos como comunistas. Não cito nomes por questão de ética. Tive oportunidade de visitá-los no presídio da Papuda em duas ocasiões. Eu não sei. Como eu disse, naquela época o Mauro era meu colega de Câmara, de UnB e de curso. Mas como a Casa também já era grande à época, eu não sei, não me recordo de alguém que tenha sido prejudicado, não. Havia aquele constrangimento geral porque, como se diria na linguagem comum, nós estávamos por baixo. O funcionalismo no regime militar estava desrespeitado.

Perguntam se eu gostaria de me manifestar sobre qualquer outro assunto. No momento em que existe uma reforma da Previdência em marcha, reforma essa que vai trazer prejuízos muito grandes, inclusive aos aposentados, – os outros têm expectativa, já estão vivendo essa realidade, até com redução das pensões – eu gostaria de falar ou de fazer alguma crítica a respeito da extinção do IPC, o Instituto de Previdência dos Congressistas, e do fracasso – está caminhando para isso – do pecúlio dos servidores. Foram duas idéias que foram boas na sua concepção, mas foram mal conduzidas e acabaram por resultar na extinção

do IPC. O IPC foi criado pelo Monsenhor Arruda Câmara, um homem que não tinha família, não tinha descendência – podia ter família, mas não tinha descendentes – que teve a idéia da criação do IPC, porque muitos deputados se envolviam tanto com a política que largavam suas fazendas, abandonavam seus escritórios de advocacia, suas bancas de advocacia, abandonavam seus consultórios médicos e às vezes se entregavam por inteiro à política. De repente, perdiam eleição e ficavam a ver navios, passando, às vezes, por certas privações. Isso conduziu à idéia da criação de um instituto que assegurasse ao deputado falecido ou àquele que viesse a perder a eleição, o seu mandato, uma ajuda financeira. Quer dizer, a idéia era boa, mas foi desvirtuada. Eu me lembro de que uma colega nossa que dirigia um órgão da Casa – era diretora de uma coordenação, depois departamento – um dia me ligou e disse: “Sr. Ribas, está aqui no meu gabinete uma pessoa que eu sei que o senhor gostaria de cumprimentar. Venha cá”. Eu fui ao gabinete dela e lá estava o Israel Pinheiro, que tinha vindo do governo de Minas – tinha acabado o mandato dele; ex-deputado. Ele tinha ido à procura dessa colega porque era muito grato a ela, pois na época da instituição do IPC, a adesão era facultativa. Depois se tornou obrigatória: todo parlamentar era obrigatoriamente inscrito no IPC. Nessa época, era facultativo. E ela, então, procurou o Dr. Israel, que era presidente da Comissão, se não me engano, de Economia. Ele era muito trabalhador, muito ocupado, e ela o aconselhou a se inscrever no Instituto, como segurado do Instituto. Ele disse: “Não, eu não tenho tempo para isso não. Não vou mexer com isso, não.” “Dr. Israel, mas o senhor é tão ocupado, esquece às vezes das coisas. Isso é uma garantia para o seu futuro”. Ele disse: “Olha, então faça o seguinte: se você arranjar tudo, eu assino. Mas eu não tomo iniciativa, não tenho tempo para isso, não”. E ela, então, preparou os papéis da inscrição e ele se inscreveu. Então, ele tinha ido lá agradecer, cumprimentar essa nossa colega. E disse, na ocasião – eu fui testemunha: “Olha, Fulana, se eu disser a você que esse dinheirinho que eu recebo aí me ajuda muito, eu não estou mentindo”. E nós temos exemplo disso: muitas viúvas de parlamentares vivem dessa pensão. Agora, a pensão está congelada. Eu estou dizendo isso de cátedra, porque eu sou segurado do antigo IPC. Contribuí durante 30 anos e recebo uma pensão de 600 reais, congelada. Quer dizer, a inflação vai devorando essa pensão, não há reajustes. E outra iniciativa boa, mas que não levou em conta vários fatores, foi o pecúlio dos servidores, que vem minguando. Hoje, inclusive, acho que para os novos funcionários a adesão é facultativa. Há um atraso no pagamento de pecúlio de quatro anos. As últimas pensões pagas do pecúlio foram de 1999. E a tendência é de aumentar o tempo e diminuir o valor, porque não foi criado um fundo para acudir.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Pedro Ivan Pellegrini) – Parece que estão estudando uma fórmula.

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Eu soube que não há remédio, só o remédio político, só uma decisão política pode salvar o pecúlio e conduzi-lo a uma...

**O SR. ENTREVISTADOR** (Pedro Ivan Pellegrini) – Mas aqueles que querem sair têm que fazer o pagamento, só podem sair depois de pagarem esse período todo em que estavam dentro, para o pagamento das pensões pendentes. A partir desse momento, dessa data, ele pode sair. Mas tudo o que tem para trás ele terá que pagar, até chegar uma nova solução. Estão estudando de que maneira vão fazer isso.

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Eu sei que houve escrúpulo do diretor-geral, do Adelmar Sabino. Queria que não houvesse caixa, que todo o arrecadado mensalmente fosse distribuído, de tal sorte que não houvesse saldo em caixa. Foi o que gerou esta situação. Os segurados foram envelhecendo, falecendo e a massa de...

**O SR. ENTREVISTADOR** (Pedro Ivan Pellegrini) – Eu acho que uns quatro anos atrás – não sei precisar a data –, houve uma consulta, ainda quando o Botelho era diretor do Departamento de Pessoal, entre os funcionários, para ver se poderia fazer um aumento para três, quatro – deu sugestões –, para poder acabar com essas pendências todas.

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Sei, sei. Atualizar as pendências.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Pedro Ivan Pellegrini) – É, atualizá-las todas. Foram totalmente contrários, os funcionários.

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – O Senado parece que tem algo semelhante, mas lá eles têm um fundo para acudir a essa despesa. Parece que não há esse problema.

Mas era isso o pouco que eu tinha a dizer.

**A SRA. ENTREVISTADORA** (Glória Varela) – Esses depoimentos, esse projeto nosso é em função dos 180 anos do Legislativo no Brasil, tomando a Constituinte de 1823 como ponto de partida. Então, queria que o senhor fizesse uma avaliação da atuação do Legislativo em todos esses anos em que o senhor trabalhou aqui.

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – O que acontece com o Parlamento, com qualquer parlamento, é aquilo que se costuma dizer: que o pior parlamento é melhor que nenhum. Então, nosso Parlamento, nosso Congresso Nacional não foge à regra. A Câmara dos Deputados costuma ser criticada inclusive por alguns que acham que os nossos parlamentares, nossos deputados não têm,

grande parte deles, formação intelectual bastante para o exercício do mandato. Mas nós entendemos que isso é o retrato do Brasil. Imagine se nós tivéssemos uma representação só de letrados. Não seria autêntica. E mesmo que ocorra essa, vamos dizer, falta de preparo, não quer dizer, com isso, que o parlamentar, o deputado, não possa se socorrer do assessoramento, que existe exatamente para isso, não é? Ninguém é dono do saber. Um deputado pode ser muito letrado em determinada especialidade, mas são tantos os ramos do saber, tantos os programas de governo, tantas especialidades, que é impossível o parlamentar dominar todas elas. Agora, de qualquer maneira, nós, na Assessoria, até falávamos: "O deputado menos dotado é o que mais precisa de nós, e a ele deve ser dada a maior atenção". Em relação à Câmara dos Deputados e ao Parlamento em si, nós sabemos que a Câmara dos Deputados, por exemplo, atende às aspirações populares. Os deputados são representantes do povo, enquanto os senadores são representantes da Federação. E o Parlamento tem essa validade. Tanto assim que, em qualquer regime de exceção que se instale em qualquer lugar, a primeira coisa em que se pensa é fechar o Parlamento. Então, a Câmara, costuma-se dizer, é a caixa de ressonância das aspirações populares. E realmente há esse clima de total clareza, de transparência das discussões, das decisões. A Câmara dos Deputados é a Casa do povo, é a Casa aberta. Tudo o que aqui se decide é feito a portas abertas, permitindo o acesso da população. Há muitas pessoas que dizem que o Congresso Nacional legisla pouco, tudo vem lá do Executivo, ou quase tudo. Isso é um fenômeno. O Legislativo moderno é mais fiscalizador do que produtor de leis. É um papel muito importante o exercido pela Câmara, que tem, inclusive, uma comissão especial para fiscalizar os atos do Poder Executivo, inclusive com a ajuda de um órgão externo, que é o Tribunal de Contas da União. Então, acho que a Câmara dos Deputados, nesse caminho, vai se aperfeiçoando.

**A SRA. ENTREVISTADORA** (Glória Varela) – Na sua opinião, em todos esses anos de trabalho, qual foi a melhor fase da Câmara dos Deputados para o funcionário e qual foi a melhor fase para o Poder Legislativo?

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Deixe-me pensar. Bom, após a revolução – porque foram 20 anos de regime de exceção –, eu acho que essa reconquista das prerrogativas democráticas era o que de melhor poderia acontecer. Não só para o Congresso Nacional e para os parlamentares em si, que passaram a ter suas liberdades restabelecidas, seu direito de expressar suas opiniões sem censura, como também os funcionários passaram a ter... passaram a ser mais valorizados, acabado aquele período em que eles estiveram, vamos dizer, em baixa. Porém, antes da revolução, também uma época boa

para os funcionários da Câmara foi a época da mudança para Brasília. Os funcionários tinham certas regalias: tinham distribuição de moradia, que depois foi escasseando; havia uma gratificação, contagem de tempo em dobro para os que vieram primeiro. Eu não sou desse tempo, mas havia o pagamento de um adicional, um acréscimo salarial em decorrência dessa mudança. Agora, é certo que muitos vieram contrariados por ter de sair do Rio de Janeiro para vir para o Planalto Central, mas houve compensações.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Pedro Ivan Pellegrini) – Quero puxar uma mais antiga. Na entrega do Anexo IV – foi o senhor quem recebeu a obra –, como é que foi a distribuição dos gabinetes? Tinha gente que queria ficar mais para cá, mais embaixo, mais em cima, perto do elevador, do lado de lá. Como é que foi feita a distribuição?

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Inclusive, a esteira rolante foi exatamente para tornar menor a distância do Anexo IV para o plenário. Eu me recordo de que o local onde foi construído o Anexo IV estava destinado ao Arquivo e à Biblioteca Nacional. O diretor-geral – era diretor-geral o hoje ministro Luciano Brandão – fez gestões junto a Oscar Niemeyer, que sugeriu que a localização do Arquivo Nacional e da Biblioteca poderia ser mudada para junto da Catedral de Brasília. E a Câmara construiu o escritório dos deputados aí, no Anexo, nessa localização, porque não havia outro local mais próximo. Eu, inclusive, acompanhei o diretor-geral na visita que fez ao governador. Não, primeiro nós fomos ao ministro da Justiça, porque era o Arquivo Nacional e o ministro tinha que dar a sua aquiescência. E era o ministro Armando Falcão. Ele designou o Paulo Cabral, esse dos Diários Associados, que era secretário-geral do ministério. O ministro incumbiu o Paulo Cabral de fazer esses entendimentos com a Câmara. Eu me lembro que nós fomos lá falar com o secretário-geral Paulo Cabral e o ministro Luciano já foi logo dizendo a ele: “Vamos construir, Paulo, um prédio para agasalhar os escritórios, e você, que será um próximo parlamentar, um próximo deputado, vai ter seu gabinete”. Ele disse: “O que é isso, Luciano? O Ministério da Justiça não elege ninguém. Quem elege é ministério que tem dinheiro. A gente aqui só faz prender, investigar. Isso não rende voto para ninguém”. Mas acabou havendo essa aquiescência, e o Anexo IV foi construído. Havia, inclusive, uma disputa com relação aos apartamentos, principalmente aqueles que estavam no poente. Os apartamentos banhados pelo sol da manhã eram os preferidos. Então, havia realmente uma luta surda. O quarto-secretário era quem decidia.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Pedro Ivan Pellegrini) – Dos gabinetes parlamentares, qual foi a distribuição? Porque todos eles acho que tinham gabinete aqui, no Anexo III, não é?

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – É.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Pedro Ivan Pellegrini) – Como é que foi a distribuição? “Eu quero o segundo”; “eu quero ficar do lado de lá”, outro quer ficar de frente para cá. Como é que foi a distribuição: foi sorteio?

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Eu não me recordo, mas parece que houve sorteio.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Pedro Ivan Pellegrini) – Sorteio?

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – É, como agora. Mas eu não sei. Às vezes a renovação é muito grande.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Pedro Ivan Pellegrini) – É, agora é por sorteio.

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – É sorteio, não é?

**O SR. ENTREVISTADOR** (Pedro Ivan Pellegrini) – É. O último sorteio foi transmitido pela *TV Câmara* ao vivo do Auditório Nereu Ramos. Os gabinetes cujos deputados não foram reeleitos, após aqueles dos deputados portadores de necessidades especiais, cujos gabinetes precisassem ter banheiro adaptado – isso tinha que ser atestado pelo Departamento Médico. Coisas assim. De resto, todos foram sorteados.

Com relação ao Anexo IV, há um fato curioso. Na época, a firma que subempreitou o brise – não sei se os colegas já teriam contado isso – perguntou ao Dr. Oscar Niemeyer de que cor seria o *brise* do Anexo IV. Ele disse: “amarelo”. Ele disse: “Mas de que tonalidade, Dr. Oscar?” Ele disse assim: “Desta aqui”. E tirou um pedaço da caixa de filme Kodak. Então, no Anexo IV, a cor do *brise* é “amarelo-kodak”.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Pedro Ivan Pellegrini) – Por quê?

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Porque o Oscar Niemeyer tirou da mesa dele uma caixa de filme nessa tonalidade. Então foi colocado o *brise* amarelo.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Dr. Ribas, nós queríamos agradecer a sua presença e nos colocar à disposição para o caso de haver novas lembranças.

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Eu queria fazer uma espécie de saudação final.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Então, vamos adiante.

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Eu agradeço primeiramente a vocês, que me concederam a honra de contar algo da minha vivência no Congresso. Agora, em relação à entrevista, eu gostaria de finalizar expressando e renovando meu respeito e admiração aos estimados e competentes superiores que tive na Câmara, assim como minha gratidão aos colegas que, sob minhas ordens, com idealismo, labutaram pelo engrandecimento desta Casa do Congresso Nacional.

**O SR. ENTREVISTADOR** (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho)

– Em nome deles, a gente agradece; em nosso nome a gente agradece a sua participação nesse projeto em que a gente espera trazer um pouquinho do passado que nós vivenciamos e em que lutamos tanto nesta Casa. Obrigado.

**O SR. ANTÔNIO NEUBER RIBAS** – Não há de que. Eu é que agradeço.